

META 15

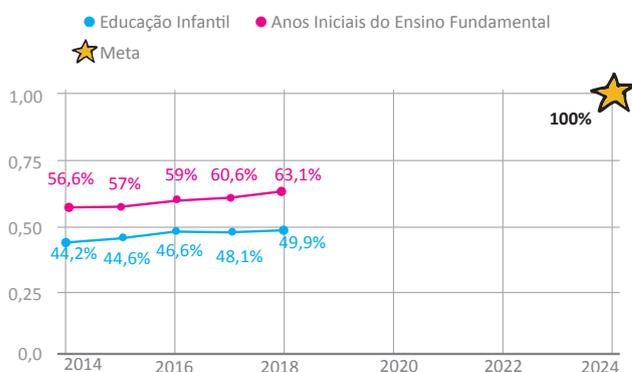
Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Proporção de docências com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento em que lecionam

Etapa de Ensino (%)	2014	2015	2016	2017	2018	Meta 2024
Educação Infantil	44,2	44,6	46,6	48,1	49,9	100
Anos Iniciais	56,6	57	59	60,6	63,1	100
Anos Finais	49,5	48,9	50,9	49,9	51,7	100
Ensino Médio	59,5	58,9	60,4	61	61,9	100

Fonte: Indicador de Adequação Docente - INEP / MEC.

Proporção de docências com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento em que lecionam



Proporção de docências com professores formados na disciplina em que lecionam



Não cumprida

Entendendo os números...

A Meta 15 busca assegurar a qualidade na formação docente, indicando em seus dispositivos que todos os professores possuam formação específica na área em que atuam na sala de aula, o que está distante do cumprimento em todas as etapas da educação básica. Em 2017, o Ministério de Educação lançou a Política Nacional de Formação de Professores, estabelecendo como fundamento uma Base Nacional de Formação Docente para o currículo de formação de professores. A política de formação de professores foi definida de forma impositiva pelo MEC, sem diálogo com as Instituições de Ensino Superior (IES), com as entidades representativas dos diversos segmentos dos profissionais da educação básica e com as/os professoras/es. Isso representa mais um grave retrocesso para a efetivação de um Sistema Nacional de Educação e de um Plano Nacional de Educação que levem em consideração a necessária articulação entre formação inicial, formação continuada e condições de trabalho, salário e carreira dos profissionais da educação. Tal política tem como propósito subjacente escamotear a ausência de ações concretas do Governo Federal para assegurar as condições materiais necessárias à formação desses profissionais, sobretudo desviar a atenção da sociedade sobre o contingenciamento dos recursos públicos destinados à educação pública, o que prejudica quaisquer políticas de formação.

